

-- CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS --**Questão 31**

A respeito do orçamento participativo municipal, assinale a opção correta.

- A** As discussões públicas acerca do orçamento participativo municipal podem ocorrer somente por meio de consultas públicas.
- B** O orçamento participativo começou a ser praticado no Brasil após a promulgação da Carta Magna de 1988.
- C** O citado orçamento participativo prevê a participação aberta apenas aos representantes de organizações civis do município.
- D** Comumente, as discussões públicas do orçamento participativo municipal, no primeiro momento, ocorrem de forma direta, e, em momento posterior, mediante a forma de representação.
- E** A decisão de alocação do investimento municipal está sob o poder dos representantes de organizações civis, independentemente de critérios técnicos e orçamentários.

Questão 32

Assinale a opção que apresenta a propriedade dos indicadores de desempenho que diz respeito à qualidade dos dados, primários ou não, utilizados no âmbito do indicador de desempenho, refletindo-se na significância estatística de planos amostrais, imparcialidade dos questionários aplicados em pesquisas de opinião e precisão dos registros administrativos.

- A** confiabilidade
- B** relevância social
- C** factibilidade dos custos de aquisição
- D** sensibilidade
- E** historicidade

Questão 33

Em relação às organizações da sociedade civil de interesse público (OSICIP), assinale a opção correta.

- A** A execução do objeto do contrato de gestão da OSICIP deve ser acompanhada e fiscalizada por órgão do poder público da área de atuação pertinente à atividade fomentada.
- B** Assistência social, cultura, defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico são exemplos de áreas de atuação de OSICIP.
- C** A outorga da qualificação de uma organização como OSICIP constitui ato discricionário no deferimento pela administração pública.
- D** As instituições hospitalares privadas não gratuitas são passíveis de qualificação como OSICIP.
- E** As OSICIP, conceituadas como pessoas jurídicas de direito privado, podem ter fins lucrativos, visando à prestação de serviços sociais não exclusivos do Estado.

Questão 34

Assinale a opção que corresponde ao tipo de descentralização que se refere à delegação pela transferência de competências e de funções entre unidades administrativas, entre esferas de governo ou entre órgãos e entidades governamentais e que é defendida como estratégia para obter maior eficácia e eficiência na gestão pública, por meio da eliminação dos níveis burocráticos intermediários.

- A** descentralização jurídica
- B** descentralização orçamentária
- C** descentralização política
- D** descentralização administrativa
- E** descentralização social

Questão 35

Assinale a opção que corresponde à espécie de critério utilizado na avaliação de políticas públicas e associado à homogeneidade da distribuição de benefícios entre os cidadãos favorecidos.

- A** eficácia
- B** economicidade
- C** equidade
- D** eficiência econômica
- E** eficiência administrativa

Questão 36

Uma das diretrizes dispostas na Lei n.º 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação) é

- A** a garantia da quebra irrestrita do sigilo das informações públicas.
- B** o fomento ao desenvolvimento da cultura de confidencialidade na administração pública.
- C** a divulgação de informações de interesse público, independentemente de solicitações.
- D** a observância do sigilo como preceito geral e da publicidade como exceção.
- E** o aplacamento do controle social da administração pública.

Questão 37

Segundo a lei de improbidade administrativa, quando determinada autoridade pública, atuando em nome do poder público, causa efetivo e comprovado desvio de recursos com a liberação dolosa de verba pública sem a estrita observância das normas pertinentes, isso

- A** não configura ato de improbidade por ausência de disposição expressa na lei.
- B** configura ato de improbidade, mesmo que o agente público tenha agido sem intenção.
- C** configura ato de improbidade que atenta contra os princípios da administração pública.
- D** configura ato de improbidade que importa enriquecimento ilícito.
- E** configura ato de improbidade que causa lesão ao erário.

Questão 38

Caio, servidor público civil do estado do Acre, atuou como intermediário junto a repartição onde é lotado para fins de agilizar o andamento do pedido administrativo de um vizinho.

Nessa situação hipotética, de acordo com o Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado do Acre, caso aberto processo administrativo disciplinar, Caio

- A** não poderá ser punido, pois a conduta praticada não está prevista em lei.
- B** poderá ser punido com a pena de demissão.
- C** poderá ser punido com a pena de advertência.
- D** poderá ser punido com a pena de suspensão de até 30 dias.
- E** poderá ser punido com a pena de suspensão de até 90 dias.

Questão 39

A lei que regulamenta processos administrativos prevê que nestes será observado, entre outros, o critério de indicação dos pressupostos de fato e de direito que determinarem a decisão. Esse critério corresponde ao princípio da

- A** legalidade.
- B** razoabilidade.
- C** finalidade.
- D** motivação.
- E** publicidade.

Questão 40

Acerca do regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos, julgue os itens a seguir.

- I A delegação da prestação do serviço público por concessão de serviço público pode ser feita pelo poder concedente mediante licitação na modalidade concorrência ou diálogo competitivo.
- II A encampação é uma forma de extinção da concessão pela retomada do serviço pelo poder concedente durante o prazo da concessão, por motivo de interesse público, mediante lei autorizativa específica e após prévio pagamento de indenização.
- III A permissão de serviço público é formalizada mediante contrato de adesão e tem como característica a precariedade e a revogabilidade unilateral do contrato pelo poder concedente.

Assinale a opção correta.

- A** Apenas o item I está certo.
- B** Apenas o item III está certo.
- C** Apenas os itens I e II estão certos.
- D** Apenas os itens II e III estão certos.
- E** Todos os itens estão certos.

Questão 41

Caso a administração pública pretenda adquirir bem ou serviço comum cujo critério de julgamento possa ser o de menor preço ou o de maior desconto, ela deverá se valer da modalidade de licitação

- A** diálogo competitivo.
- B** leilão.
- C** pregão.
- D** concorrência.
- E** concurso.

Questão 42

Determinado órgão de controle fiscalizará o uso de dinheiro público de uma entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, que teve a criação autorizada por lei, tem patrimônio próprio e cujo capital social é integralmente público.

Nessa situação hipotética, o órgão de controle fiscalizará uma

- A** sociedade de economia mista.
- B** organização social.
- C** autarquia.
- D** fundação pública.
- E** empresa pública.

Questão 43

Uma sociedade empresária que tenha iniciado suas atividades em 1.º/7/2023 e auferido receita bruta de R\$ 200 mil e lucro líquido de R\$ 150 mil no ano de 2023 é considerada uma

- A** empresa que não pode ser abarcada pelo regime da Lei Complementar n.º 123/2006.
- B** microempresa, com base em seu lucro líquido.
- C** empresa de pequeno porte, com base em sua receita bruta.
- D** microempresa, com base em sua receita bruta.
- E** empresa de pequeno porte, com base em seu lucro líquido.

Questão 44

De acordo com a Constituição Federal de 1988, a contribuição fixada pela assembleia-geral para custeio do sistema confederativo do respectivo sindicato

- A** depende de instituição por lei.
- B** não tem natureza jurídica de tributo.
- C** tem natureza jurídica tributária de contribuição social sindical.
- D** é compulsória.
- E** é cobrada de todos os trabalhadores, incluídos os não filiados.

Questão 45

Quando uma indústria de alimentos é obrigada, por lei, a recolher os tributos decorrentes de fatos geradores anteriores à cadeia produtiva rural, essa obrigação decorre da

- A** substituição tributária regressiva.
- B** substituição tributária concomitante.
- C** antecipação do pagamento do tributo em relação ao fato gerador.
- D** responsabilidade tributária por solidariedade.
- E** responsabilidade tributária por sucessão.

Questão 46

O imposto sobre produtos industrializados (IPI) tem como característica

- A** a incidência sobre produtos destinados ao consumo interno e externo.
- B** o impacto preponderante sobre bens de capital pelo contribuinte do imposto.
- C** a possibilidade de fiscalização pelos municípios que assim optarem.
- D** a progressividade das alíquotas.
- E** a seletividade em função da essencialidade do produto.

Questão 47

De acordo com a Constituição Federal de 1988, o recolhimento do imposto correspondente à diferença entre a alíquota interna e a interestadual de ICMS cabe

- A** tanto ao destinatário quanto ao remetente, sendo glosado pela metade no caso em que ambos forem contribuintes.
- B** ao responsável previsto na legislação tributária do ente de residência do destinatário.
- C** ao remetente, quando o destinatário não for contribuinte do imposto.
- D** ao remetente, quando nenhuma das partes for contribuinte.
- E** ao destinatário, quando nenhuma das partes for contribuinte.

Questão 48

Conforme a Constituição Federal de 1988, o ICMS monofásico incidente nas operações com lubrificantes e combustíveis derivados de petróleo caberá ao(s) estado(s)

- A** titular dos *royalties* de exploração da matéria-prima.
- B** de origem e de destino, mediante repartição.
- C** onde ocorrer o consumo.
- D** de domicílio do produtor.
- E** onde ocorrer o refino do produto.

Questão 49

Acerca das ações constitucionais de proteção dos direitos fundamentais, assinale a opção correta.

- A** Não cabe mandado de segurança contra ato omissivo.
- B** A ação de mandado de segurança deve ser proposta contra o órgão ou ente público do qual tenha surgido o ato ilegal.
- C** A ação de *habeas corpus* surgiu, no direito brasileiro, com a promulgação da Constituição Federal de 1988.
- D** Pode-se formular pedido de *habeas corpus* em favor de indivíduo mesmo antes que ele sofra restrição ilegal de sua liberdade de locomoção.
- E** A finalidade da ação de *habeas data* limita-se a permitir o acesso de alguém a informações que lhe digam respeito.

Questão 50

No que se refere à intervenção federal e à intervenção dos estados nos municípios, assinale a opção correta.

- Ⓐ Uma vez decretada a intervenção, a autoridade deve justificá-la ao Poder Legislativo no prazo de até seis meses.
- Ⓑ Um dos mecanismos previstos expressamente na legislação brasileira para situações de crise é a intervenção militar constitucional.
- Ⓒ A intervenção pode ser decretada pelo presidente da República, pelos governadores e pelos prefeitos municipais.
- Ⓓ A intervenção federal somente pode ser decretada nos casos definidos de forma expressa na Constituição Federal de 1988.
- Ⓔ Os motivos constitucionais para intervenção têm cunho político, de modo que não é cabível intervenção com a finalidade de executar ordem judicial.

Questão 51

Em relação ao Poder Judiciário, assinale a opção correta.

- Ⓐ Todos os processos a serem julgados pelo Supremo Tribunal Federal devem chegar lá por meio de recursos específicos, com requisitos especiais.
- Ⓑ A função exclusiva do Poder Judiciário consiste em julgar litígios concretos entre pessoas físicas e jurídicas, bem como entre órgãos e entes da administração pública.
- Ⓒ A garantia de vitaliciedade assegura que os integrantes do Poder Judiciário não percam o cargo em hipótese alguma.
- Ⓓ O ingresso como membro do Poder Judiciário requer necessariamente aprovação em concurso público de provas e títulos.
- Ⓔ O Conselho Nacional de Justiça representa um dos mecanismos de controle externo do Poder Judiciário.

Questão 52

A ação direta de inconstitucionalidade

- Ⓐ produz decisões cuja observância é obrigatória apenas para as partes do processo.
- Ⓑ é cabível para questionamento acerca da constitucionalidade de emenda constitucional.
- Ⓒ é uma via processual para controle de qualquer ato que possa haver ferido a Constituição.
- Ⓓ não admite concessão de medida liminar.
- Ⓔ somente pode ser proposta pelo presidente da República ou pelo procurador-geral da República.

Questão 53

No que se refere aos direitos das populações indígenas e das comunidades remanescentes de quilombos, julgue os seguintes itens.

- I As terras ocupadas tradicionalmente pelas comunidades indígenas não podem ser vendidas.
- II Os indígenas têm direito às terras que tradicionalmente ocupam, ainda que não estejam demarcadas.
- III A Constituição Federal de 1988 considera objeto de tombamento os locais onde haja reminiscências históricas de antigos quilombos.
- IV As comunidades remanescentes de quilombos têm o direito de se autoidentificarem dessa maneira.

Assinale a opção correta.

- Ⓐ Apenas os itens I e II estão certos.
- Ⓑ Apenas os itens I e IV estão certos.
- Ⓒ Apenas os itens II e III estão certos.
- Ⓓ Apenas os itens III e IV estão certos.
- Ⓔ Todos os itens estão certos.

Questão 54

A luz do que estabelece a Constituição do Estado do Acre, assinale a opção correta.

- Ⓐ Os juízes do estado do Acre podem exercer atividade partidária, nos casos autorizados pela Constituição do Estado.
- Ⓑ O governador que, durante o mandato, tomar posse em outro cargo público em razão de concurso não necessariamente perderá o cargo de governador.
- Ⓒ No caso de vacância dos cargos de governador e vice-governador, o presidente do Tribunal de Justiça do Estado será chamado a exercer essas funções.
- Ⓓ No território do Acre, apenas a Assembleia Legislativa pode produzir leis.
- Ⓔ Sempre que aberta vaga de deputado estadual, deve-se realizar eleição para preenchê-la.

Questão 55

Acerca do orçamento público, assinale a opção correta.

- Ⓐ No orçamento da União, a LDO não poderá dispor sobre a exclusão de quaisquer despesas primárias da apuração da meta de resultado primário dos orçamentos fiscal e da seguridade social.
- Ⓑ O PPA conterà reserva de contingência, cuja forma de utilização e montante, definido com base na receita corrente líquida, serão estabelecidos na LOA, em conformidade com a Lei de Responsabilidade Fiscal.
- Ⓒ A lei de diretrizes orçamentárias (LDO) estabelecerá as metas, as diretrizes e os objetivos da administração pública, levando em consideração a região em que forem feitas as despesas de capital e as despesas relativas aos programas de duração continuada.
- Ⓓ O plano plurianual (PPA) estabelecerá as metas e as prioridades da administração pública e trará as orientações para a elaboração da lei orçamentária anual (LOA), além das políticas de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.
- Ⓔ A LOA compreenderá o orçamento monetário das empresas nas quais o Estado detenha a maioria do capital social, o orçamento fiscal com as despesas relativas à previdência, à saúde e à assistência social e o orçamento da seguridade social com as demais despesas correntes.

Espaço livre

Questão 56

Manual técnico do orçamento. 2024, p. 30.

Considerando a figura precedente, assinale a opção correta, a respeito das etapas da receita orçamentária.

- Ⓐ A arrecadação consiste na transferência dos valores arrecadados à conta específica do governo, responsável pela administração e controle da arrecadação e pela programação financeira.
- Ⓑ No lançamento da receita, são considerados os efeitos das alterações na legislação e a variação do índice de preços, sendo acompanhado de demonstrativo de evolução da receita nos últimos dois anos e da sua projeção para os três seguintes.
- Ⓒ Nem todas as etapas apresentadas na figura acontecem para todos os tipos de receitas orçamentárias, pois pode ocorrer arrecadação de receitas não previstas e das que não foram lançadas.
- Ⓓ As receitas de capital que aumentam as disponibilidades financeiras do Estado provocam efeito sobre o patrimônio líquido e não obedecem a todas as etapas da receita orçamentária.
- Ⓔ Na fase do lançamento, os recursos financeiros do superávit do orçamento corrente do ano anterior devem ser registrados como receitas correntes.

Questão 57

A respeito da despesa orçamentária, julgue os seguintes itens.

- I A nota de empenho ordinário é utilizada para o pagamento de despesa que se conhece previamente o montante e será paga de forma parcelada.
- II A aquisição de títulos representativos de capital de empresas em funcionamento é classificada como inversões financeiras de despesas de capital.
- III Os restos a pagar são despesas empenhadas, mas não pagas até o dia 31 de dezembro, distinguindo-se as processadas (as despesas empenhadas e liquidadas) das não processadas (apenas empenhadas e aguardando a liquidação).

Assinale a opção correta.

- Ⓐ Apenas o item I está certo.
- Ⓑ Apenas o item II está certo.
- Ⓒ Apenas o item III está certo.
- Ⓓ Apenas os itens II e III estão certos.
- Ⓔ Todos os itens estão certos.

Espaço livre

Questão 58

Em relação aos convênios regidos pela Instrução Normativa – STN n.º 1/1997, assinale a opção correta.

- Ⓐ Quando da rescisão do convênio poderá ocorrer a tomada de contas especial por eventuais prejuízos causados ao ente público, sendo a tomada de conta especial um processo judicial instaurado depois de esgotadas as medidas administrativas para reparação do dano ao erário.
- Ⓑ Nos contratos de repasse, a apresentação do projeto básico ou do termo de referência poderá ser feita após a primeira liberação da parcela de recursos.
- Ⓒ Somente no caso de denúncia ou rescisão do convênio, os saldos financeiros remanescentes, excluindo os provenientes de receitas de aplicações, serão devolvidos ao órgão repassador, no prazo improrrogável de 30 dias do evento, sob pena de instauração de tomada de contas especial.
- Ⓓ Os elementos que compõem a prestação de contas devem permitir à administração a comprovação da legalidade dos atos praticados e o efetivo cumprimento do objeto do convênio ou do contrato de repasse.
- Ⓔ Conveniente é o órgão da administração pública federal direta, autárquica ou fundacional, empresa pública ou sociedade de economia mista responsável pela transferência dos recursos financeiros ou pela descentralização dos créditos orçamentários destinados à execução do objeto do convênio.

Questão 59

Assinale a opção correta, a respeito da metodologia de trabalho do Sistema de Controle Interno (SCI), disciplinada pela Instrução Normativa SFC/MF n.º 1/2001.

- Ⓐ O controle assistemático tem como premissa a existência de um processo detalhado de planejamento, que é a base para a deflagração das ações do controle, inclusive para as questões pontuais e agudas como aquelas oriundas de solicitação de autoridades.
- Ⓑ No procedimento de auditoria, a adoção da técnica de testes de observância tem por finalidade a coleta de evidências quanto à suficiência, à exatidão e à validação das informações contábeis da entidade.
- Ⓒ A auditoria de avaliação da gestão é realizada com o objetivo de se atuar em tempo real sobre os atos efetivos e as consequências potenciais positivas e negativas de um ente público, prevenindo gargalos ao desempenho da sua missão institucional.
- Ⓓ Os recursos que podem ser objeto da atuação do sistema de controle interno limitam-se aos valores originários da LOA, de créditos adicionais e de operações de crédito da União.
- Ⓔ A auditoria contábil tem entre seus objetivos verificar a efetividade e a aplicação de recursos externos, oriundos de agentes financeiros e organismos internacionais, por unidades ou entidades públicas executoras de projetos celebrados com aqueles organismos com vistas a emitir opinião sobre a adequação e a fidedignidade das demonstrações financeiras.

Questão 60

Acerca do controle externo e do sistema de controle interno do Poder Executivo Federal, assinale a opção correta.

- Ⓐ É atribuição exclusiva dos tribunais de contas dos estados, no exercício da sua função de controle externo, fiscalizar a aplicação de quaisquer recursos repassados pela União mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres, ao estado, ao Distrito Federal ou ao município.
- Ⓑ As auditorias a cargo dos órgãos setoriais que precisem ser executadas de forma descentralizada nos estados, incluindo a execução de convênios, acordos e contratos, poderão ser realizadas pela Secretaria Federal de Controle Interno.
- Ⓒ Os órgãos setoriais, as unidades de controle interno dos estados da federação e as unidades de controle interno da União integram o Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal.
- Ⓓ Entre as finalidades do Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal encontra-se a formulação de planos nacionais, estaduais e regionais de desenvolvimento econômico e social, assim como a articulação com os estados visando à compatibilização de normas e tarefas afins aos diversos sistemas, nos planos federal e estadual.
- Ⓔ Com finalidade de evitar a dupla responsabilidade nas atribuições de auditorias, os recursos financeiros recebidos pelos estados decorrentes da transferência de órgãos e das entidades da administração direta e indireta da União não podem ser registrados nos seus respectivos orçamentos.

Espaço livre